

# INDICADORES DE GESTÃO E EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS À PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS

Claudionor Renato da Silva<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Silveira Bota Ferrante<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo propõe a apresentar discussões reflexivas e possíveis aproximações entre patrimonialidade ambiental (gestão e educação) e os espaços dos assentamentos rurais. A partir da aplicação de questionários, foram organizados indicadores de caracterização ambiental para subsidiar reflexões da dimensão (possível) de processos patrimoniais de gestão e educação. As discussões aqui apresentadas possibilitam apontamentos de reflexões e ações urgentes em patrimonialidade nas agendas de estudos em Sociologia Rural e das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e para as questões ambientais dos assentamentos rurais.

**Palavras-Chave:** Indicadores; Gestão; Educação; Patrimonialidade Ambiental; Assentamentos Rurais.

**Abstract:** *This paper aims to present the insightful discussions and possible connections between patrimonial environment (management and education) and the rural settlements' places. Employing the information obtained from the completion of questionnaires, it was organized environment characterization indicators to subsidize reflections on the dimension (probable) of both management and education patrimonial processes. The debates focused by this work indicate the need to go over the main points of evidence on patrimonial matter, providing that this subject is included in the Sociology of Agriculture*

---

<sup>1</sup>Graduando em Pedagogia (Centro Universitário de Araraquara – UNIARA). Pesquisador NUPEDOR (Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – UNIARA) de Iniciação Científica.

<sup>2</sup>Coordenadora, Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

*studies' agenda as well as in the public policies headed for the development and environment issues regarding the rural settlements.*

**Keywords:** *Indicators; Management; Education; Patrimonial Environment; Rural Settlements.*

## **A Título de Introdução**

Temos trazido para discussão nos estudos da Sociologia Rural<sup>3</sup> o conceito da patrimonialidade ambiental como instrumento de gestão nos assentamentos rurais, perpassados pelas considerações da educação formal e/ou informal. Tais considerações são imprescindíveis para se pensar o modelo pelo qual os assentamentos são geridos, ora pautados na integração às agroindústrias, ora na diversificação agrícola.

Incluem-se nesses espaços, para efeito dos estudos patrimoniais, não apenas as áreas de reserva, mas toda a área dos assentamentos, inclusive os lotes de produção (estes, comumente desconsiderados nas questões que abarcam o fator ambiental).

Entendemos por gestão o conjunto de ações dos órgãos institucionais administrativos (incluindo a assistência técnica) e dos assentados, evidentemente, atores do processo. Ações em parceria, na coletividade. Acesso, uso, recuperação/preservação/conservação. E, nesse sentido, ações mais voltadas à recuperação dos espaços dos assentamentos, com acesso e uso no enfoque estratégico patrimonial conforme propõe Ollagnon (2000).

Entendemos por Educação na perspectiva da Educação Patrimonial Ambiental - um conceito e ação ainda em formação na área das ciências ambientais<sup>4</sup> - e da Educação Ambiental a instauração de um processo de dialogicidade, discussão, conscientização e trabalho de equipe (envolvendo todos os atores do espaço considerado) utilizando-se dos espaços formais e não formais para aproximar todos do problema, constituindo,

---

<sup>3</sup>A temática começou a ser desenvolvida no Projeto Financiado pelo CNPq (2007–2010) "Assentamentos e desenvolvimento: bloqueios, tensões e perspectivas (uma análise comparativa entre regiões diferenciadas)" e tem tido continuidade no Projeto aprovado pelo CNPq "Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo – Categoria 1 – Relações de Gênero e Iniciativas de outro Modelo de Desenvolvimento" (Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA n.º 57/2008).

<sup>4</sup>As ciências ambientais constroem a patrimonialidade nos estudos da História a partir dos conceitos de patrimônio cultural e patrimônio histórico. Há também fortes discussões no campo jurídico do ponto de vista do patrimônio material e imaterial, conforme esclarecimentos de Ollagnon (2000).

em meio ao conflito e ao dissenso, um itinerário comum, porém flexível, admitindo ajustes no decorrer do processo. Mas nesse processo de dialogicidade, de ensino e de aprendizagem, de saberes e falas, não são desconsiderados os conflitos, as relações de poder. Configurando-se, portanto, a constatação que os espaços de assentamentos conquistados demandam "domesticação", ou seja, reconhecimento de novas possibilidades, adaptabilidades e novas relações, ressaltando a emergência de novas dimensões de conflito e de relações de cooperação.

Apresentamos a seguir a busca por uma teorização para patrimonialidade ambiental desmembrada apenas para fins analíticos em Gestão Patrimonial Ambiental (mais amplo e objetivo) e Educação Patrimonial Ambiental (também amplo, mas necessariamente mais pontual; marcado pela subjetividade e resultados a médio e longo prazos).

Discute-se os indicadores selecionados/indicados para discussão de cada uma das vertentes da Patrimonialidade Ambiental (Gestão e Educação) e propõe-se a abordagem questionadora da proposta de uma Patrimonialidade Ambiental nos Assentamentos Rurais.

### **Patrimonialidade Ambiental: Elementos de Aproximação Teórica**

Consideramos como vertente teórica de nosso trabalho os textos organizados por Vieira e Weber (2000) que abordam a questão da gestão ambiental sob um novo enfoque, o da patrimonialidade, indicando caminhos teóricos, metodológicos e práticos de recuperação ambiental<sup>5</sup> nos territórios franceses desde o final da década de 1970 do século passado.

Bem comum. Essa é a designação chave para se entender e conceituar patrimonialidade. A natureza, os bens naturais, os espaços e lugares como existência e "propriedade comum". O ator social<sup>6</sup> na relação com o meio. A maneira como esse ator age sobre e com esse meio e, também, na ação reversa como o meio atua com e sobre esse ator. Esse conjunto e dinamismo de ações e relações é que definem a noção de *patrimônio* relacionado ao meio ambiente, como

O conjunto de elementos materiais e imateriais que concorrem para a manutenção e o desenvolvimento da identidade e da autonomia

---

<sup>5</sup>Projetos de recuperação ambiental de águas subterrâneas, áreas de montanhas, bacias hidrográficas e solos, particularmente, atividades agrícolas diversificadas e inovadoras (OLLAGNON, 2000, p.171 apud VIEIRA, WEBER, 2000).

<sup>6</sup>Ou "atores" entendidos aqui como os sujeitos pertencentes ao território e em vivência comum.

de seu titular no tempo e no espaço, através do processo de adaptação a um meio evolutivo (OLLAGNON, 2000, p. 183).

Na patrimonialidade há entre o homem e o espaço (o lugar) uma relação sistêmica ou ecosocioecológica - como define Capra (1996) - "relações ecossistêmicas" de equilíbrio, acomodação e resistências. Ademais, essa relação (ou relações) operacionaliza a identidade do sujeito.

Como argumenta Hall (2006, p.9), "A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza".

De fato, a degradação ambiental expõe aos envolvidos no meio a inquietação ou a mobilização para uma cadeia de processos de mudanças que seguem os passos básicos da alfabetização ecológica<sup>7</sup> quais sejam o da visão, tradição, relação e ação<sup>8</sup>.

O mesmo atestado por Ferrante para quem as realidades da patrimonialidade não

se apresentam como caminho de mão única, exigem a análise das singularidades, das ações de resistência, de acomodação ou de conflito, que aparecem sob a forma de impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno..." (FERRANTE et al., 2005, p.39).

São essas relações de conflito que exigem um modelo gestacional ou "um novo tipo de gestão da natureza conclama à participação de novos tipos de gestores e à criação de novas maneiras de gestão" (OLLAGNON, 2000, p.172).

Esse novo modelo de gestão (patrimonial ambiental) supõe uma gestão social dos diversos atores envolvidos (os segmentos racionais) numa função de intencionalidade de consenso e globalizadora, mas também caracterizada "através das *arbitragens* e *negociações* dos atores situados *num contexto de resolução de problemas* (...) de todo um comportamento efetivo do ator e do 'sistema de ação'" (OLLAGNON, 2000, p.176, grifo nosso).

Acreditamos que as arbitragens e negociações dos atores sociais, num campo de disputas, implicam em relações educacionais nos contextos formais e/ou informais -

---

<sup>7</sup>O termo em inglês é ecoliteracy que se efetiva em atitudes ecológicas e eticamente corretas, saudáveis, culturas e saberes é colocado em cadeias de articulação "ecossistêmicas". (CAPRA, 1996; STONE, BARLOW, 2006; WHITAKER, BEZZON, 2006).

<sup>8</sup>Passos básicos, elementares da alfabetização ecológica (STONE, BARLOW, 2006).

Educação Patrimonial Ambiental - marcadamente dialógicos e de possíveis ações pedagógicas de conscientização ambiental, de ambas as partes, por processos de ensino e de aprendizagem.

Assim os elenca Ollagnon (2000):

- ✓ o desenvolvimento de uma *consciência patrimonial* dos atores implicados e do sistema de ação;
- ✓ a instauração de uma *relação patrimonial*;
- ✓ o firmamento de *negociação* e *operacionalização* entre os atores para localização/identificação de *interesses patrimoniais comuns*.

Consciência, relação e interesses patrimoniais comuns promovem o que Horta (1999) aponta como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, o que pode ocorrer de maneira mais incisiva nos espaços dos assentamentos rurais como afirma Whitaker e Bezzon (2006).

Horta (1999) complementa que essa subjetividade marcadamente percebida na evidência da cultura retroalimenta o sujeito no sentido de que a consciência de bem comum mediada por essa educação patrimonial em processo o faz entender que é parte intrínseca do seu meio, utiliza-se dele para viver e compreende que dele é parte integrante.

Pontuam-se então meios de comunicação formal e/ou informal que possam assegurar uma Educação Patrimonial Ambiental na comunidade de ação (o assentamento), que sejam:

- ✓ locais físicos e institucionais de encontro, de comunicação, de negociação e de gestão objetivando minimizar a gestão direta e maximizar a negociação;
- ✓ linguagens de gestão e de negociação adaptadas e aceitas, específicas para cada comunidade de ação e centradas num problema; e
- ✓ procedimentos de gestão e negociação (OLLAGNON, 2000, p.192).

Esse enfoque patrimonial ambiental aqui abordado numa perspectiva de gestão e educação (patrimoniais) é possivelmente uma alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos uma vez que sua estrutura, considerando a área de recorte desse estudo, o Assentamento Monte Alegre, Núcleo III, apresenta condições para ações de gestão e educação patrimoniais ambientais na resolução de problemas ambientais focados. Condições estas que não vêm sendo incorporadas ou absorvidas pelos órgãos gestores.

Focalizar o problema ambiental e privilegiar a dimensão patrimonial envolve o

estabelecimento de três elementos que devem ser articulados: o elemento econômico, o ecológico e o técnico administrativo (OLLAGNON, 2000).

O aspecto econômico é considerar o meio a ser estudado, analisado, "patrimonializado" em sua "dimensão mercantil" voltada às necessidades imediatas o que deve ser considerado levando-se em conta o segundo elemento de nossa análise: o ecológico. A partir das questões básicas: o uso e acesso comprometem o equilíbrio do ecossistema desse meio? Como se dão as relações desse meio com o homem e suas ações? Serão comprometidos os seres vivos dessa cadeia sistêmica? E, por fim, o elemento técnico administrativo que promove ou pretende operacionalizar uma "gestão social" do meio de forma sistêmica, multidisciplinar e, acima de tudo, humanizadora. Tomando por princípio que a gestão patrimonial caracteriza profundamente por uma ação educativa e dialógica, há que se levar em conta como hipótese as seguintes indagações: quais os saberes e quais as falas dos diversos atores sociais desse meio quanto ao problema a ser resolvido? Quais conhecimentos inter, multi e pluri disciplinares podem colaborar na investigação-ação-recuperação? Tratando-se dos assentamentos rurais, qual o papel do Estado, do Órgão Gestor quanto às políticas públicas e custeio para efetivação do plano de ação sobre o meio com a participação de todos os envolvidos? Que ações conjuntas de gestão (envolvendo todos os "atores"<sup>9</sup>) vêm sendo promovidas nesse espaço?

Essa tríade de articulações colocam-nos o ponto de partida, de permanência e de saída do enfoque patrimonial ambiental que "(...) reside no reconhecimento da complexidade, da globalidade, da totalidade e da interatividade que caracterizam os sistemas vivos e a esfera humana" (OLLAGNON, 2000, p.176).

A temática e os estudos em patrimonialidade são muito vastos e amplos, pois assumem uma característica sistêmica da ciência, o que nos leva a fazer recortes e uma aproximação possível com este corpo teórico.

Ações patrimoniais ambientais no viés da gestão e da educação constituem, a nosso ver, para os assentamentos rurais, oportunidades inigualáveis e potenciais de mudança e desenvolvimento humanos, econômicos, sustentáveis, justos e ambientais.

## **Indicadores Patrimoniais Ambientais: O Que os Dados Revelam**

### **Área de Estudo**

Os dados da pesquisa coletados dos arquivos do NUPEDOR<sup>10</sup> foram

---

<sup>9</sup>Nos estudos patrimoniais ambientais essa ação multi atores constitui-se no sistema-ação da patrimonialidade ambiental numa perspectiva de gestão e educação (patrimoniais).

<sup>10</sup>Ver notas 1 e 2.

desenvolvidos com a metodologia quantitativa de aplicação de questionário na Agrovila do Assentamento Monte Alegre Núcleo III<sup>11</sup>, na cidade de Araraquara, SP, no segundo semestre do ano de 2008, uma estratégia que não tem sido isolada de outros caminhos de pesquisa como as idas a campo, com registros em diários, as entrevistas, depoimentos, dentre outros instrumentos metodológicos.

O Núcleo III foi instalado pelo ITESP<sup>12</sup> nos anos de 1985 e 1986 juntamente com os Núcleos I, II e IV<sup>13</sup>.

Maria Edy F. Chonchol nos relatando o histórico deste assentamento afirma que essa área caracteriza-se por:

Vasto domínio de 7.300 hectares, a Monte Alegre guarda a unidade geográfica e os limites definidos nos anos vinte do século XX. No entanto, em 1940, estas terras passaram para o domínio público, com sua aquisição pelo Estado de São Paulo (CHONCHOL, 2003, p.71).

A trajetória desse Núcleo é marcada pela descontinuidade de políticas públicas de planejamento no que tange ao seu desenvolvimento, como afirmam Ferrante e Barone (1997/1998).

Idéia essa também apresentada por Chonchol (2003), para quem:

Ao reconstruir a história do Assentamento Monte Alegre, tentaremos esclarecer as diferentes estratégias dos atores que nele se inserem, evidenciando jogo de suas confrontações, os conflitos que surgem e as negociações que definem os campos possíveis de entendimento (...). A experiência do Assentamento Monte Alegre surge neste contexto de múltiplas iniciativas no plano local e de diversas intervenções que se inserem no difícil jogo da centralização/descentralização, no qual se ressaltam as contradições entre as forças sociais que nela se confrontam (CHONCHOL, 2003, p.66-67).

---

<sup>11</sup>Este Núcleo possui 19 Lotes pertencentes à cidade de Matão, totalizando 76 Lotes (FERRANTE, BARONE, 2003).

<sup>12</sup>Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva".

<sup>13</sup>Atualmente, o Assentamento Monte Alegre têm 6 Núcleos com 358 lotes (FERRANTE, BARONE, 2003).

**Figura 1.** Localização geográfica aproximada (detalhe no quadrado) do Assentamento Monte Alegre apontando as Rodovias que circundam a área



Fonte: Google Maps – Imagens, 2009.

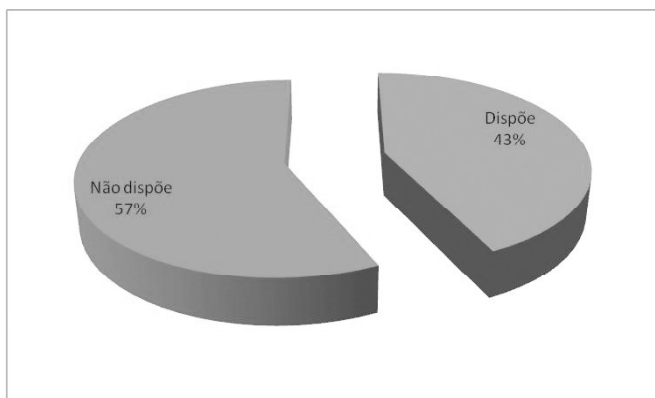
### **Indicadores de Gestão e Educação Patrimonial Ambiental nos Lotes de Produção**

Elencamos aqui gráficos e tabelas para entender nessa sondagem inicial como esses indicadores contribuem para a conceitualização e a construção metodológica de uma gestão e educação patrimonial ambiental possível nesses espaços.

Uma análise dos Gráficos 1 e das Tabelas 1 e 2 nos apresenta os recursos naturais do assentamento e que, portanto, deveriam ser alvo de uma gestão quanto ao uso e controle e que, na sua ausência, já nos mostram indicativos preocupantes.



### Gráfico 1 . Extensão da Reserva Legal nos Lotes de Produção.



Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 1. Extensão de APP.

Existe mata ciliar (APP)	Respostas (%)
Sim	28
Não	38

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 2. Existência de Águas de Superfície.

Água de superfície	Respostas (%)
Córregos/riachos/rios	38
Nascentes ou minas	24
Represa, açude ou tanque	10

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

O primeiro indicativo preocupante presente no Gráfico 1 vem do dado de os 43% dos lotes terem abarcado, em sua extensão, uma Área de Reserva Legal, instaurada no início do assentamento e acordada como área que futuramente receberia tratamentos de reserva com plantação de árvores nativas e recuperação dos solos marcadamente de plantação de eucaliptos. Promessa não cumprida.

As Tabelas 1 e 2 são decisivas para discussão da patrimonialidade ambiental e implicam

<sup>14</sup>Esta é uma das definições da Patrimonialidade Ambiental. Toda Patrimonialidade envolve a "titularidade" no "sistema-ação". "(...) Os enfoques do patrimônio (...) estabelecem uma relação entre elementos materiais e imateriais e seres ou grupo de seres, estes últimos denominados seus titulares patrimoniais (...) à sua transmissibilidade no tempo, de geração a geração" (OLLAGNON, 2000, p. 183).

não só em uma "gestão co-autoral"<sup>14</sup> mas também e, acima de tudo, em uma educação patrimonial ambiental, marcadamente dialógico e reflexiva. Primeiro, pela ausência de algumas respostas (posicionamentos) por parte de alguns entrevistados; segundo, pela não incorporação ou não conhecimento dos conceitos constantes no formulário aplicado e, terceiro, pelas fortes implicações de dimensão ambiental apontados nesses dados.

O baixo índice de respostas dos assentados nos leva a questionar se os entrevistados entendem o que são Matas Ciliares<sup>15</sup> ou se, de fato, omitiram respostas ou se negaram dar sua posição (o que é aceitável e possível na metodologia empregada).

Dos assentados, 28% afirmam existir Matas Ciliares em seus lotes contra 38%. Respostas são indefinidas: 34%. No indicador Águas de superfície (Tabela 2) temos também um alto percentual de respostas não definidas: 28%.

Somando-se os dois primeiros itens da Tabela 2, temos 62% dos lotes do Assentamento Monte Alegre – Núcleo 3 com presença de águas de superfície e, portanto, com recursos hídricos (de córregos, riachos, rios, nascentes ou minas).

Cruzando esses dados com a Tabela 1, dos 62% cobertos por recursos hídricos apenas 28% são ocupados por Matas Ciliares. Esse dado dá à patrimonialidade ambiental, gestão e educação, fontes de apoio e atenção ao problema e também às pesquisas ambientais rurais a dimensão necessária de aprofundamentos de análise e possível formulação de ações efetivas de educação, regulação, proteção e gestão. Vamos à análise da Tabela 3:

**Tabela 3.** Usos das Áreas de Reserva e Águas de Superfície.

Uso área reserva ou água de superfície	Respostas (%)
Não utiliza	71,0
Utiliza	9,5
Projeto agroflorestal	0,0
Não se posicionaram	19,0

**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Essa Tabela nos apresenta também aproximadamente 20% dos entrevistados que não identificaram posicionamentos quanto a questão de usar a reserva legal ou os recursos hídricos. Outros quase 10% afirmam utilizar tais recursos não indicando nesse momento para que finalidade específica.

Para essas duas respostas a análise do ponto de vista da patrimonialidade ambiental e gestão exige respostas ao modo de utilização desse recurso (s), às condições e ao seu processamento.

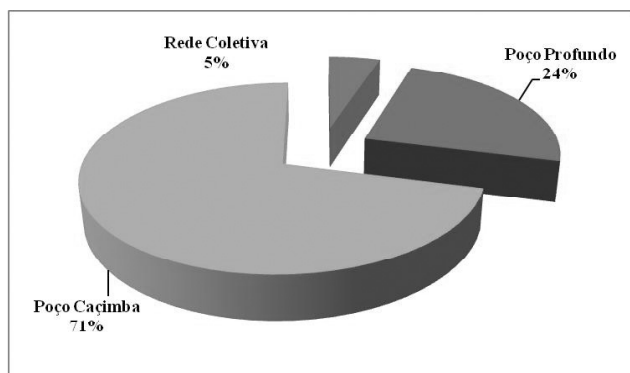
---

<sup>15</sup>Vegetação à margem de rios e mananciais e que protegem os cursos de água do assoreamento.

Obviamente uma pesquisa de instrumentação quantitativa não proporcionará a análise que se pretende aqui. É preciso outros instrumentos metodológicos e observações especializadas<sup>16</sup>. O enfoque patrimonial, entretanto, não nos diz que por ser recurso natural é intocável. Pode-se utilizar desde que o uso e o acesso (pontos de vista econômico, ecológico e técnico-administrativo) de tais recursos garantam à atual e às futuras gerações a "herança" de tais espaços. A gestão integrada poderá operacionalizar sua ação fundamentando-se nesses três fatores.

Prosseguindo essa análise quanto ao uso das áreas de reserva e uso dos recursos naturais adiantamos o Gráfico 2 e a Tabela 4.

**Gráfico 2.** Origem da Água para uso Doméstico.



**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

**Tabela 4.** Uso das Águas de Superfície para fins Agropecuários.

Origem da água para agropecuária	Respostas (%)
Chuva	19,00
Poço fundo	9,50
Poço cacimba	43,00
Represa	9,50
Mina ou córrego	4,75
Rede de Abastecimento	4,75

**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

<sup>16</sup>Essa é uma das preocupações do nosso Projeto "Assentamentos e desenvolvimento: bloqueios, tensões e perspectivas (uma análise comparativa entre regiões diferenciadas)"(CNPq, 2007-2010) em que com o apoio de biólogos e químicos do Programa de Mestrado e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA nos propomos a analisar os parâmetros investigativos aqui apresentados.

Esses dados poderiam por um lado, ampliar a análise do Tabela 3 e, por outro, considerando o Tabela 4, se não houvesse sido considerado o uso da água de superfície (recursos hídricos) ao lado das áreas de Reserva Legal, poderíamos ter chegado a aproximações mais detalhadas do acesso e uso desses recursos. Nesse sentido, tivemos uma dificuldade de análise quali e quantitativa da questão. Contudo, não os invalidam, ao contrário, fornecem uma ponte de investigação posterior para aprofundamentos.

O uso dos poços cacimba que representa 71% dos lotes leva-nos a preocupação, como aponta Schistek (1999) de que, embora, sejam vantajosos, mais econômicos e muitas vezes a única saída para os assentados, afetam diretamente os lençóis de água e nesse sentido projetam a contaminação dessa grande rede freática. O que sugere uma ação de gestão integradora, ambiental, patrimonial, educacional, pois, "toda exploração de água subterrânea implica em redução de níveis e pode ter uma demora de muitos anos antes de que se estabeleça um equilíbrio" (HIRATA, 2009).

A mesma análise pode ser transposta para os poços profundos. Essa questão não pode ser analisada somente do ponto de vista do impacto ambiental, há necessidade do enfoque do Estado, dos Órgãos Gestores, das ações e extensões de pesquisas universitárias para que sejam viabilizadas, então, alternativas estratégicas. É exatamente essa análise pontual e principal da patrimonialidade ambiental, de forma que tanto a gestão como a educação proposta possam gerar novas formas de vida, a "domesticação" do espaço conquistado no sentido de aprimorar com qualidade de vida dos assentados.

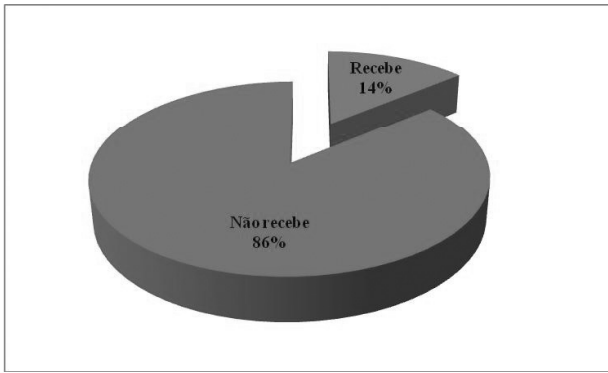
Os apontamentos de Schistek (1999) e Hirata (2009) quanto à contaminação do lençol freático nos levam a considerar os apontados da Tabela 4 a indicação óbvia e necessária gestão e educação patrimoniais.

Dos entrevistados, 43% admitem usar as águas do poço cacimba para fins agropecuários. Da perspectiva da Patrimonialidade Ambiental em Gestão, faz-se necessário averiguar se esses usos a curto, médio ou longo prazos não interferirão na qualidade dessas águas mesmo que tais águas levem tempo para acabar e a demanda seja muito inferior "ao que há em depósito".

Ao lado disso, o uso do córrego ou mina para fins agropecuários é também preocupante e merece uma urgente ação educacional e de gestão.

Já o Gráfico 3 e a constatação de 95% dos assentados de que (1) recebem assistência técnica e (2) Não receberam nenhuma notificação ambiental são indicativos sérios e desconcertantes de que uma Educação Ambiental Patrimonial e Gestão Patrimonial Ambiental é uma necessidade urgente nesses espaços. Dados que merecem uma análise mais aprofundada.

### Gráfico 3. Apoio à Preservação Ambiental.



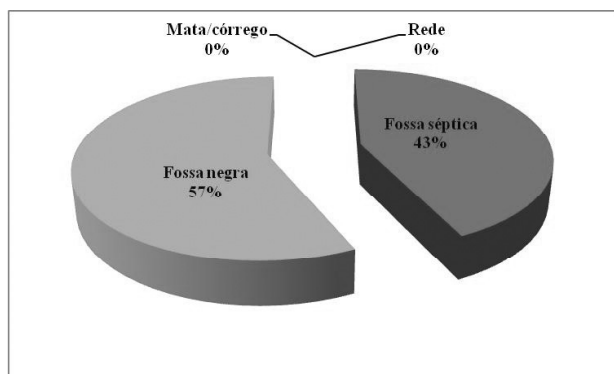
**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Apenas 14% dos Assentados recebem apoio à preservação ambiental, o que se contrapõe aos 95% na análise que afirmam receber assistência técnica. Novos questionamento entram em cena: Essa assistência técnica não abarca as questões ambientais? De onde vem os 14% de apoio à preservação? Do órgão gestor? De financiamentos federal, estadual, municipal? Qual a realidade e objetividade desses dados mensurados quantitativamente?

Considerando agora os 95% dos entrevistados que não receberam notificações ambientais cabem outros questionamentos: Se ninguém recebeu notificação como se explicam os dados de 86% dos assentados não receber apoio à preservação? E como asseverar que 95% são assistidos pela Assistência Técnica? Tais apoios técnicos desconsideram as dimensões ambientais? Talvez se possa dizer que a retórica presente nos discursos dos órgãos gestores contraria o que existe de concreto. E o que é definido como assistência técnica? Essas e outras questões exigem uma discussão sob o foco patrimonial ambiental.

O Gráfico 4 coloca à gestão e à educação nortes de trabalhos possíveis ou necessidades imediatas/urgentes de desenvolvimento aos espaços rurais. Sinaliza aos órgãos públicos e administrativos a urgência de ações de patrimonialidade ambiental no tocante ao saneamento básico e qualidade de vida.

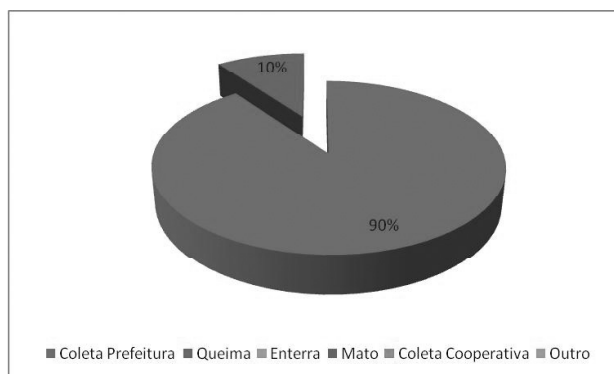
**Gráfico 4. Tipos de Esgoto.**



**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Quanto ao lixo doméstico (Gráfico 5) práticas de reciclagem ou ações de coleta na forma de cooperativas ou outras formas estão ausentes. Apenas 10% queimam o lixo. A abordagem da Educação Patrimonial Ambiental poderá discutir essas condições e alternativas propondo e estabelecendo movimentos de desenvolvimento nos espaços de assentamentos rurais.

**Gráfico 5. Destino do Lixo.**

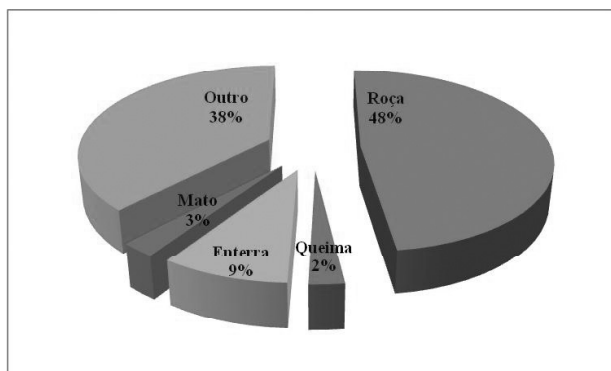


**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Um programa continuado de educação quanto ao destino da matéria orgânica (Gráfico 6) e a prática da agricultura orgânica (Gráfico 7) poderia levar a uma ação nos espaços formais e não formais que poderia gerar alternativas aos assentados, para produção e gestão de seu espaço com geração de renda e "saúde patrimonial ambiental" do solo e dos recursos hídricos e, portanto, sustentabilidade rural ecológica. Como afirma Canrobert Costa, promover o "entrelaçamento produtivo-cultural com

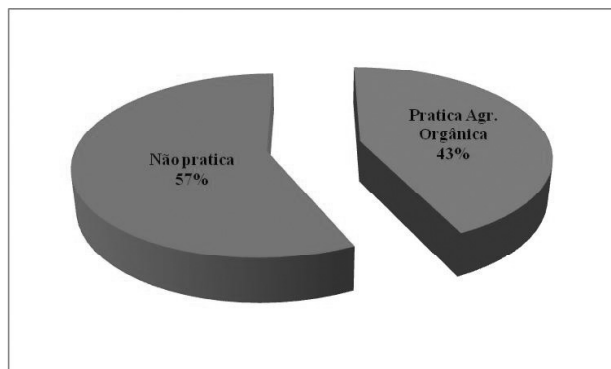
a produção familiar camponesa e visa continuamente a sustentabilidade socioambiental" (NETO, 2008, p. 72).

**Gráfico 6.** Destino Matéria Orgânica.



**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

**Gráfico 7.** Agricultura Orgânica nos modos de produção agrícola.



**Fonte:** Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Quanto ao Gráfico 7, a investigação deverá aprofundar nos lotes de produção aqui detectados, como se dão essas práticas agrícolas a fim de divulgá-las, localizá-las e até sinalizá-las do ponto de vista da Gestão Patrimonial Ambiental e Educação Patrimonial Ambiental, por representarem significativamente (43%) boa parte do Núcleo III do Assentamento Monte Alegre, o que pode implicar em um:

(...) desenvolvimento (rural) sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica

predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (NETO, 2008, p.73).

## **Algumas Questões Reflexivas: A Patrimonialidade Ambiental na Agenda de Pesquisa dos Assentamentos**

A presente pesquisa nos possibilita a proximidade com dados que permitem uma primeira aproximação a temática em questão.

É necessário, contudo, destes apontamentos de indicadores ampliar em todas as dimensões possíveis novos e interessantes desdobramentos.

Mesmo com essa consideração reflexiva sobre a necessidade de aprofundamento in lócus, os resultados aqui discutidos nos deixam atentos a problemática ambiental ainda pouco analisada nos assentamentos rurais.

Os indicadores aqui estudados levam-nos também a considerá-los como subsídios que reportam a teorização, aplicação e vislumbramento de metodologias possíveis da patrimonialidade ambiental nesses espaços de assentamentos seja na sugestiva vertente de ação para uma gestão patrimonial ambiental, seja no apontamento de necessidades para uma proposta de educação em contextos formais e/ou informais, sempre se considerando o plano do real e o campo dos possíveis.

Nessa mesma argumentação apontamos as contribuições dessa "sondagem inicial quantitativa" para a urgente necessidade de inclusão da dimensão ambiental na agenda de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Essa primeira aproximação "diagnóstica" por meio do questionário nos permitiu constatar a riqueza de recursos naturais e extensões ambientais que não somente sugerem, mas exigem uma gestão proativa e eficaz nesses espaços.

Soma-se a isso a constatação, por meio de diários de campo e visitas a esse Núcleo de assentamento, ações de patrimonialidade ambiental em gestão e educação que nascem das próprias iniciativas dos assentados.

Apesar de nosso olhar repousar sobre o questionário e, portanto, nas respostas diretas dos assentados entrevistados, sabemos da importância de uma sondagem das reais condições e distribuições dos espaços territoriais dos assentamentos no que tange ao meio ambiente. Uma verificação da correspondência entre as falas dos assentados e as reais "existências" que aportam a dimensão ambiental.

Outra consideração fundamental da análise repousa sobre a continuidade e amplitude potencial das temáticas da patrimonialidade envolvendo a mulher no campo. Nas relações de levantamento e aquisição de matérias primas ou insumos necessários às suas práticas



associativistas de geração de renda, se manifestam relações de patrimonialidade ambiental, tratando-se das plantações que serão sua matéria prima de processamento e confecção final de seus respectivos produtos.

Nelas e em suas ações se expressam o *habitus* de seus conhecimentos e saberes e a relação que elas têm com o meio ambiente quanto aos produtos que processam e confeccionam especialmente os de gêneros alimentícios.

Ademais o artigo aporta-se no âmbito das hipóteses ou melhor afirmando, são reflexões aproximativas, olhares, digamos, rápidos sobre uma realidade complexa que é a natureza da dimensão ambiental e seus entroncamentos com os espaços rurais. Assim, não há conclusões, há caminhos, (alguns) dados e (algumas) "pistas". Um convite à abertura de debates e ações na busca de uma (efetiva) patrimonialidade ambiental (sustentável).

## Referências

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CHONCHOL, M.E.F. Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações de terras. In: BERGAMASCO, SM.P.P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V.L.S.B. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.. BARONE, L.A.; Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, SM.P.P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V.L.S.B. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.. BARONE, L.A.; BERGAMASCO, S. M.P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L.S.B. ALY JUNIOR, O. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA; Araraquara: UNIARA, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, Araraquara, v.20/21, 1997/1998.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HIRATA, R. **Problemas Antrópicos Associados aos Recursos Hídricos Subterrâneos**. Aula 1b. Instituto de Geociências. Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www2.igc.usp.br/disciplinasweb/12009/gsa5834/Hidra%201%20B%20Problemas.pdf>> Acesso em 03 de nov. 2009.

HORTA, M.L.P. GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

NETO, C.C. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, B.M. (Org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meio naturais. Enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SCHISTEK, H. **Caldeirão, Caxio e Cacimba**: três sistemas tradicionais de captação de água de chuva no nordeste brasileiro. IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada). 1999. Disponível em: <[http://www.ieham.org/html/docs/clicks.asp?url=Caldeirao\\_Caxio\\_Cacimbo.doc](http://www.ieham.org/html/docs/clicks.asp?url=Caldeirao_Caxio_Cacimbo.doc)> Acesso em: 03 de nov. 2009.

STONE, M.K.; BARLOW, Z. (Orgs.) **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**. Reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Editora Alínea, 2006.